



IV CONGRESSO DA ORDEM DOS
TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

DOMINGUES DE AZEVEDO, BASTONÁRIO DA ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

“Um TOC bem formado, com conhecimentos sólidos, é uma mais-valia para a empresa”

“Os contabilistas têm desafios todos os dias. E têm sabido, na sua generalidade, ultrapassá-los. O profissional atual é um elemento preponderante na vida das empresas, um profissional informado, que se atualiza diariamente”, afirma Domingues de Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, em entrevista à Revista Pontos de Vista, onde ficamos a conhecer um pouco mais do universo dos TOC e a relevância que estes profissionais aportam ao contexto empresarial, social e nacional, porque “o profissional concebido apenas e só na ótica de entregar papéis ao fisco já faz parte do passado”. Conheça ainda as conclusões sobre o IV Congresso da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, realizado de 14 e 15 de setembro no Pavilhão Atlântico.



Que balanço faz do IV Congresso dos TOC e quais as principais conclusões retiradas do mesmo?

Extremamente positivo. Alcançámos os objetivos a que nos propusemos. Tivemos uma grande adesão dos profissionais, com 4 mil a responderem à chamada. Só não foram mais devido à conjuntura atual. Conseguimos abordar temas importantes e estimular o TOC a ser um parceiro privilegiado do empresário, um profissional que cria valor e que acrescenta ganho às empresas e aos empresários.

O profissional concebido apenas e só na ótica de entregar papéis ao fisco já

faz parte do passado. Por outro lado consolidámos de forma muito credível a parceria com os colegas contabilistas da CPLP. Todos, à exceção Timor-Leste, enviaram delegações ao congresso.

Como é ser Técnico Oficial de Contas na atual conjuntura? Quais são as principais dificuldades e barreiras que se impõem atualmente à atuação dos TOC?

Como elemento ativo da sociedade em que está inserido, o técnico oficial de contas sente igualmente os efeitos desta crise económica, financeira e social. A contração económica afeta todos sem

Domingues de Azevedo

“As pessoas são seres concretos, com as suas características. Não são seres abstratos. Não podemos tratar fiscalmente todos da mesma forma. A realidade de um cidadão não é a realidade do outro. A fiscalidade tem de ter uma vertente “humana”. Quando perde essa visão torna-se excessiva e injusta”

“

Todas as medidas que o Governo tome para travar a fraude e evasão são bem-vindas. Não é fácil garantir um sucesso a 100 por cento, porque existem sempre fórmulas ardilosas de se escapar à máquina fiscal. Por exemplo, a emissão obrigatória de faturas é uma boa medida. Quem vende tem de emitir o documento comprovativo. As pessoas têm de se capacitar que a fuga ao fisco não compensa e que todos temos de contribuir com os nossos deveres de cidadania.

”

exceção. O facto das pequenas e médias empresas estarem a ser as mais atingidas pelos efeitos da crise e, constituindo mais de 95 por cento do tecido empresarial português, é demonstrativo das dificuldades por que todos estão a passar.

Com a contração da economia e o encerramento de inúmeras empresas, os TOC têm, cada vez mais, de equacionar a forma como exercem a profissão? De que forma?

A Ordem tem registados cerca de 75 mil membros. Metade exerce a profissão. Há muitos que exercem a atividade docente, que são gestores, consultores. Há uma grande panóplia de áreas onde o TOC pode atuar. No entanto, começa a existir situações de desemprego. Não em grande escala, mas aqui e ali. Contudo o contributo dos profissionais na vida das empresas é cada vez mais preponderante. Um TOC bem formado, com conhecimentos sólidos, é uma mais-valia para a empresa. Pode, no bom desempenho da sua atividade, possibilitar a sua viabilidade económica. Um empresário inteligente e moderno nunca dispensará o conselho do profissional da Contabilidade e da Fiscalidade.

Uma das grandes «guerras» travadas pela OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas é o combate à fraude e à evasão fiscal. Qual a sua opinião relativamente às últimas medidas anunciadas no combate à evasão fiscal?

Todas as medidas que o Governo tome para travar a fraude e evasão são bem-vindas. Não é fácil garantir um sucesso a 100 por cento, porque existem sempre fórmulas ardilosas de se escapar à máquina fiscal. Por exemplo, a emissão obrigatória de faturas é uma boa medida. Quem vende tem de emitir o documento comprovativo. As pessoas têm de se capacitar que a fuga ao fisco não compensa e que todos temos de contribuir com os nossos deveres de cidadania. No entanto há que haver muito cuidado: esse combate não pode colidir com os direitos dos contribuintes.

No seu entender, que outras medidas deveriam ser tomadas no combate à fraude e à evasão fiscal?

Medidas pedagógicas aos mais novos. Ensinar, desde o primeiro ciclo, que o

pagamento de impostos faz parte dos deveres de cidadania e que todos temos de contribuir para o justo funcionamento da sociedade onde estamos inseridos. No entanto, os Governos têm de perceber também que, muitas vezes, as pessoas quando são atingidas com aumentos brutais da carga fiscal não os compreendem, nem os aceitam. E, como se sentem injustiçados, existe uma maior tendência para prevaricar. A equidade tem de estar sempre presente.

Acredita que a partir de janeiro haverá uma efetiva generalização na emissão de faturas em todas as transações comerciais ou continuará a ser fácil contornar a lei a este nível?

Não será fácil contornar a lei. Com a evolução tecnológica e com o cruzamento de dados ao minuto é complicado prevaricar. Os agentes económicos e os contribuintes têm de compreender que perante uma venda tem de existir uma fatura. Independentemente do valor em causa. Temos de acabar com o hábito de ter de pedir a fatura. Perante o pagamento é emitido o documento. Ponto final.

Que comentários lhe merece a quinta avaliação do programa de ajustamento? De que forma analisa a estratégia do Governo neste processo?

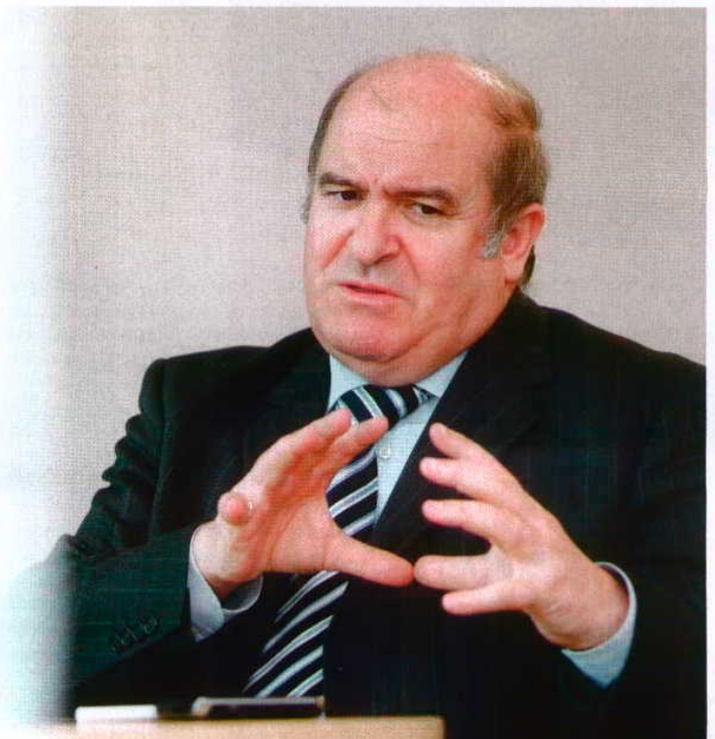
Sempre considerei que as medidas impostas pela troika e aceites pelo governo teriam um efeito contraproducente. O que se está a verificar. Recuperar em três ou quatro anos a destruição que aconteceu em 40 anos é uma tarefa quase impossível, com custos brutais para os cidadãos e para as empresas. A busca cega de receitas está a colocar o país numa estagnação económica dramática e não resolverá o problema na sua base. As pessoas não veem a luz ao fundo do túnel. O governo ainda não lhes disse o que virá depois, que esperanças podem acalentar. Se vai ser compensada esta retração duríssima, este empobrecimento real. A trapalhada à volta da TSU só veio adensar a desconfiança que a maior parte da população tem em relação aos governantes. Perante a necessidade de mais austeridade que anuncia o governo? Mais impostos, seja através de taxas ou não. Destinatários? Os que trabalham

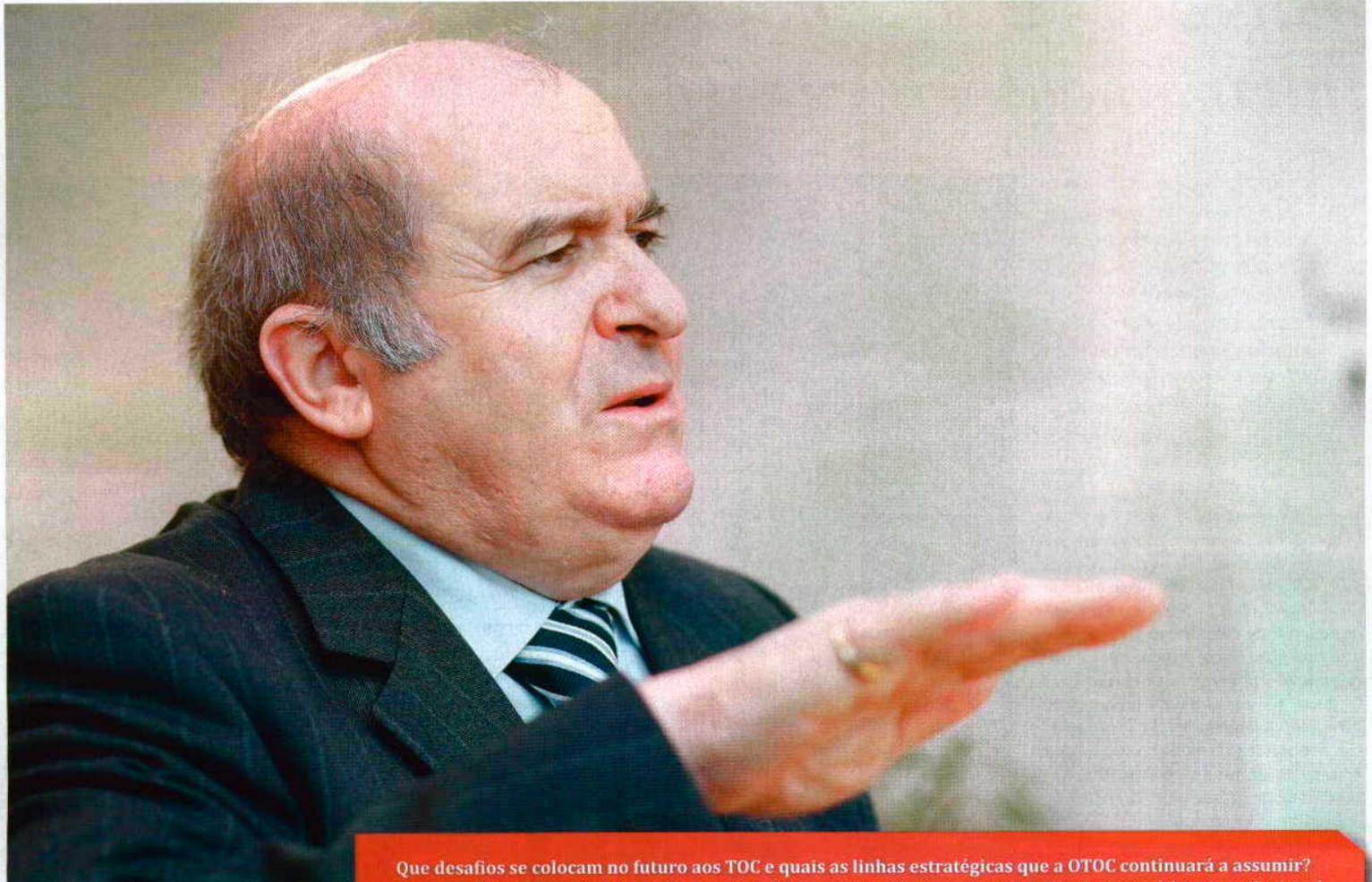
e que já têm rendimentos médios e baixos. O governo está a demonstrar a sua pior veia liberal e a demonstrar insensibilidade. Isso é perigoso.

Numa entrevista recente, disse considerar que as medidas de austeridade anunciadas pelo Primeiro-Ministro envolvem um verdadeiro despudor. Há falta de pudor na forma como os portugueses estão a ser governados? No seu entender, as novas medidas constituem um duro golpe e sacrifícios exagerados para as famílias portuguesas?

Vamos aguardar para ver como termina esta questão da TSU, em que se carrega nos trabalhadores e se desanuvia as empresas. Ninguém entende isto a não ser na ótica do desespero de se conseguir receita de qualquer maneira e da forma mais rápida, que é tributar mais quem trabalha. Começa a alastrar o sentimento de injustiça na população, que se vê a braços com uma taxa de desemprego alta, sem poder de compra, sem garantias de reforma. Quanto se atingem determinados limites na política fiscal começa a não existir justificação que convença quem é sempre prejudicado. Sempre defendi

“A Ordem tem uma estratégia primordial de apoio aos seus membros, disponibilizando um calendário de ações de formação, de conferências e sessões de esclarecimento muito abrangente. A Ordem aponta os rumos, dá ideias, apoia os membros quer a nível técnico, quer a nível jurídico. Mas cabe a cada um deles tirar o melhor proveito. O grande objetivo é consolidar a imagem de um profissional autónomo, credível, seguro e confiante que a sua atividade é determinante na viabilidade económica do país”





Que desafios se colocam no futuro aos TOC e quais as linhas estratégicas que a OTOC continuará a assumir? Os contabilistas têm desafios todos os dias. E têm sabido, na sua generalidade, ultrapassá-los. O profissional atual é um elemento preponderante na vida das empresas, um profissional informado, que se atualiza diariamente. A Ordem tem uma estratégia primordial de apoio aos seus membros, disponibilizando um calendário de ações de formação, de conferências e sessões de esclarecimento muito abrangente. A Ordem aponta os rumos, dá ideias, apoia os membros quer a nível técnico, quer a nível jurídico. Mas cabe a cada um deles tirar o melhor proveito. O grande objetivo é consolidar a imagem de um profissional autónomo, credível, seguro e confiante que a sua atividade é determinante na viabilidade económica do país.

“Contudo o contributo dos profissionais na vida das empresas é cada vez mais preponderante. Um TOC bem formado, com conhecimentos sólidos, é uma mais-valia para a empresa. Pode, no bom desempenho da sua atividade, possibilitar a sua viabilidade económica. Um empresário inteligente e moderno nunca dispensará o conselho do profissional da Contabilidade e da Fiscalidade”

um prazo mais dilatado para Portugal cumprir com os objetivos impostos pela troika. Corre-se o sério risco de “matar” o doente pela terapêutica infligida.

Acredita que o Governo está demasiado focado no défice quando os problemas do país vão muito além do défice?

As pessoas são seres concretos, com as suas características. Não são seres abstratos. Não podemos tratar fiscalmente todos da mesma forma. A realidade de um cidadão não é a realidade do outro. A fiscalidade tem de ter uma vertente “humana”. Quando perde essa visão torna-se excessiva e injusta.

Por outro lado, está-se a assistir à morte do Estado social. E isso não é positivo. Que está o governo a fazer ao dinheiro que os cidadãos canalizaram, confiantemente, à Segurança Social, que é um fundo autónomo? Gere da forma que lhe apraz, contrariando o fim para o qua foi criado. Ninguém hoje tem garantia ab-

solutamente nenhuma de que terá direito a reforma. Está mais que na hora de saber o que vai o governo fazer no âmbito da despesa do Estado. Fazer de forma efetiva e não com medidas de intenção, que nunca saem do papel.

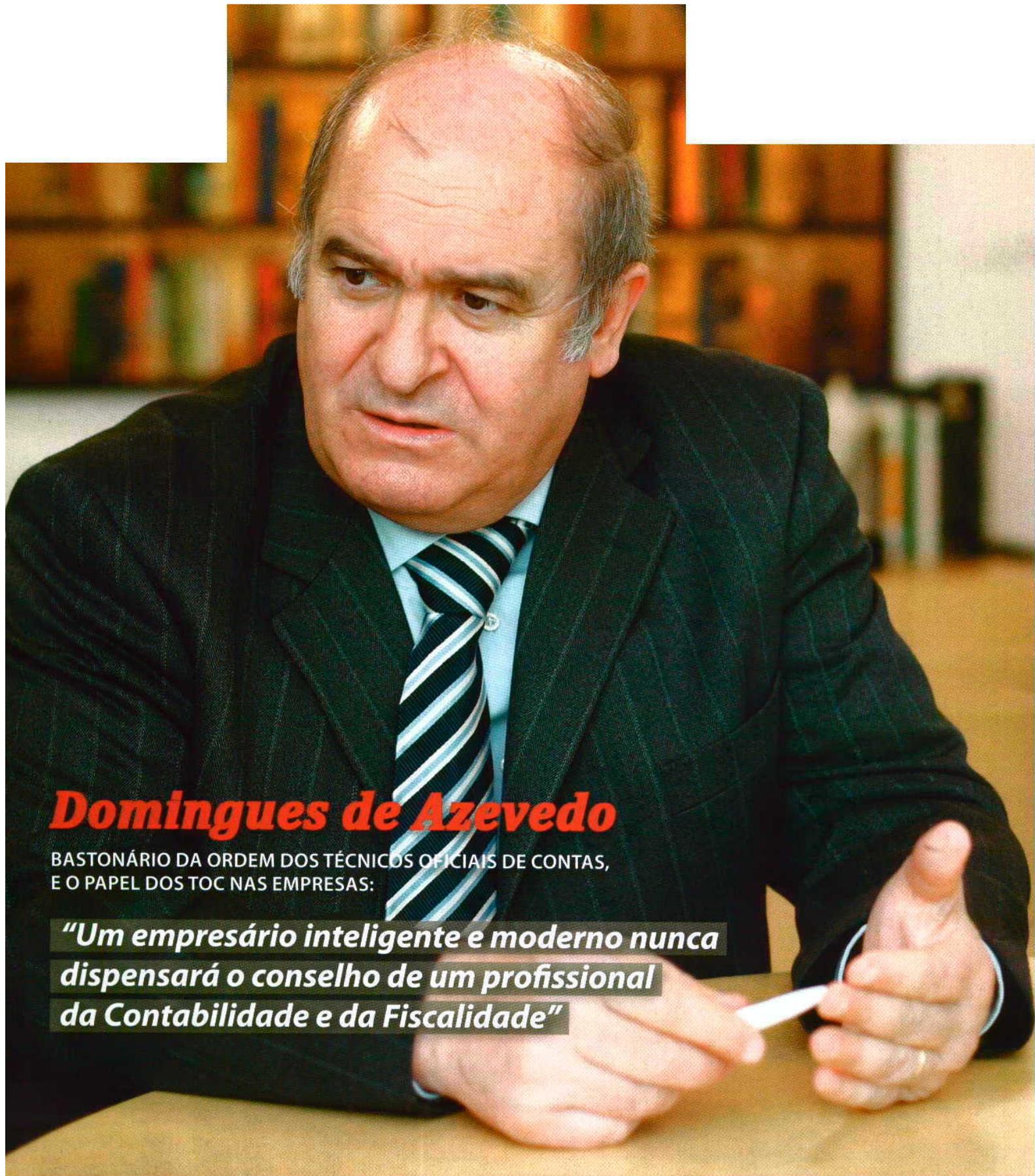
No início deste ano disse que no primeiro trimestre de 2013 a situação económica do país irá agudizar-se. Mantém esta opinião? Porquê?

Infelizmente mantenho. As medidas estruturais que o governo está a implementar têm surtido um forte revés na vida dos portugueses. Não se pode pôr a economia a crescer com medidas que impossibilitam as pessoas de comprarem, de contribuírem para o funcionamento da economia. Se não há um empobrecimento efetivo, como podem as pessoas adquirir bens e serviços?

Esta semana andou a correr nas redes sociais um e-mail enviado para si por

um técnico oficial de contas que apelava à Ordem uma tomada de posição. Segundo o mesmo, tendo em conta que é através do trabalho dos TOC junto dos cidadãos e das empresas que o Estado consegue arrecadar grande parte das receitas, uma greve que afete direta e imediatamente as receitas do Estado poderia ser, nas palavras do mesmo, uma forma de “inverter este processo de asfíxia”. Concorda com esta opinião?

O país não está em momento de greves. O momento é de trabalho e de cada um contribuir da melhor forma possível. Entendo esse tipo de iniciativas como impulsos de quem se sente injustiçado. Mas não posso dar grande importância a esse tipo de desabafos. Os técnicos oficiais de contas são profissionais responsáveis, que cumprem cabalmente com as suas funções. Podemos discordar das políticas de quem está no governo. Não podemos é contestá-las com atitudes radicais e impensadas. 🐼



Domingues de Azevedo

BASTONÁRIO DA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS,
E O PAPEL DOS TOC NAS EMPRESAS:

“Um empresário inteligente e moderno nunca dispensará o conselho de um profissional da Contabilidade e da Fiscalidade”